



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de MESTRADO PROFISSIONALIZANTE

Unidade curricular

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Rui Carlos Gonçalves Pinto – 2 horas semanais (2 horas de aulas teóricas e práticas)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecer os fundamentos e regimes dos recursos cíveis, em ordem à aquisição de competências de aplicação crítica das normas respetivas tanto em ambiente teórico, como na vida prática.

Conteúdos programáticos



Módulo 1 - Introdução

1. Introdução

- 1.1. *A impugnação de decisões judiciais*
 - 1.1.1. Formas de impugnação
 - A. A reclamação
 - B. As oposições ou embargos
 - C. As arguições de nulidades
 - D. O recurso
- 1.2. *Conceito de recurso*
- 1.3. *Fundamento do recurso: garantia do duplo grau de jurisdição*
- 1.4. *Sistemas de recursos*

2. Classificação de recursos

- 2.1. *Recursos ordinários e recursos extraordinários*
- 2.2. *Recursos de reexame e recursos de revisão / reponderação*
- 2.3. *Recursos globais e recursos restritos*
- 2.4. *Recursos de substituição e recursos de cassação*

3. Sistema de recursos português

- 3.1. *Orgânica dos tribunais judiciais. A reforma de 2013*
- 3.2. *Quadro geral dos recursos em processo civil*
 - 3.2.1. 1^a instância
 - 3.2.2. 2^a instância
 - 3.2.3. Tribunal Constitucional
 - 3.2.4. Tribunais supranacionais
- 3.3. *A reforma de 2013*
- 3.4. *Recursos noutros processos: penal, laboral, administrativo, fiscal e e aduaneiro*

Módulo 2 - Pressupostos e objecto

1. Pressupostos

1.1 Gerais

- 1.1.1. Personalidade, capacidade, legitimidade



- 1.1.2. Competência do tribunal *a quo*
- 1.2. *Legitimidade para recorrer*
 - 1.2.1. Questão prévia: o interesse processual
 - 1.2.2. Singular
 - 1.2.2. Recíproca — recurso independente e recurso subordinado
 - 1.2.3. Pluralidade de partes
 - 1.2.4. Intervenção de terceiros
- 1.3. *Patrocínio judiciário*
- 1.4. *Recorribilidade*
 - 1.4.1. Valor da causa conjugado com o valor da sucumbência
 - A. Valor da causa
 - B. Valor da sucumbência
 - C. Irrelevância do valor
 - 1.4.2. Exclusão legal
 - A. Despachos de mero expediente
 - B. Despachos proferidos no uso de poder discricionário
 - C. Previsões legais expressas
 - 1.4.3. Renúncia à impugnação em geral, e ao recurso em especial
 - A. Modalidades
 - B. Formas
- 1.5. *Competência do tribunal ad quem*
 - 1.5.1. Recursos de decisões de 1ª instância
 - 1.5.2. Recursos de decisões de 2ª instância
 - 1.5.3. Recurso interposto da Relação para o Tribunal de Conflitos
- 1.6. *As reformas de 2013*

2. Objecto

- 2.1. *Constituição*
 - 2.1.1. Factos novos
 - 2.1.2. Factos supervenientes
 - 2.1.3. Pedidos novos
 - 2.1.4. Lei nova
- 2.2. *Âmbito*
 - 2.2.1. Delimitação
 - 2.2.2. Extensão a questões prejudicadas
 - 2.2.3. Recurso de fundamentos
 - A. de facto
 - B. de direito
 - 2.2.4. Recurso subsidiário
- 2.3. *Limites*
 - 2.3.1. Aspectos comuns
 - 2.3.2. Proibição de *reformatio in melius*
 - 2.3.3. Proibição de *reformatio in peius*
- 2.4. *Cumulação de recursos*
- 2.5. *As reformas de 2013*



Módulo 3 - Apelação

1. Objecto

- 1.1. *A extinção do agravo em 1ª instância*
- 1.2. *Decisões finais*
- 1.3. *Decisões interlocutórias autónomas*
- 1.4. *Decisões interlocutórias não autónomas*
- 1.5. *As reformas de 2013*

2. Interposição

- 2.1. *Função*
- 2.2. *Tempestividade*
 - 2.2.1. *Prazo*
 - 2.2.2. *Contagem*
 - 2.2.3. *Impedimentos e prorrogações*
- 2.3. *Requerimento*
 - 2.3.1. *Forma*
 - 2.3.2. *Estrutura e conteúdo*
 - 2.3.3. *Valor do recurso*
 - 2.3.4. *Entrega*
 - 2.3.5. *Taxa de justiça: valor e pagamento*
- 2.4. *Despacho liminar*
 - 2.4.1. *Conteúdo*
 - 2.4.2. *Notificação*
 - 2.4.3. *Impugnação; recurso de queixa*
 - 2.4.4. *Taxa de justiça*
- 2.5. *Efeitos da interposição*
 - 2.5.1. *Intraprocessuais*
 - A. *Suspensivo*
 - B. *Translativo*
 - C. *Devolutivo*
 - D. *Regime inibitório*
 - E. *Exequibilidade provisória*
 - 2.5.2. *Extraprocessuais*
 - A. *Suspensivo*
 - B. *Meramente devolutivo*
- 2.6. *As reformas de 2013*

3. Expedição

- 3.1. *Função*
- 3.2. *Competência hierárquica*
 - 3.2.1. *Regra*
 - 3.2.2. *Recurso per saltum — remissão*
- 3.3. *Momento*
- 3.4. *Modo*
- 3.5. *Efeitos*



4. Preparação do julgamento

- 4.1. *Função*
- 4.2. *Formalidades preliminares*
 - 4.2.1. Recebimento
 - 4.2.2. Distribuição
- 4.3. *Competência funcional*
 - 4.3.1. Relator e adjuntos
 - 4.3.2. Competência do relator
 - 4.3.3. Competência da conferência
- 4.4. *Despacho do relator*
 - 4.4.1. Despacho de correcção
 - 4.4.2. Despacho de aperfeiçoamento
 - 4.4.3. Despacho de saneamento
- 4.5. *Preparação do julgamento*
 - 4.5.1. Visto dos juizes — remissão
 - 4.5.2. Inscrição em tabela
 - 4.5.3. Pagamento da taxa de justiça
- 4.6. *As reformas de 2013*

5. Julgamento

- 5.1. *Função*
- 5.2. *Formas do julgamento*
 - 5.2.1. Sumária, ordinária
- 5.3. *Estrutura da decisão*
- 5.4. *Conteúdo*
 - 5.4.1. Questões de forma
 - 5.4.2. Questões de mérito
 - A. Procedência; competência decisória
 - i. Substituição/Revogação
 - ii. Matéria de direito
 - iii. Matéria de facto; poderes inquisitórios
 - B. Improcedência
- 5.5. *Vícios do acórdão*
 - 5.5.1. Nulidades
 - 5.5.2. Outros vícios
- 5.6. *Formalidades finais*
- 5.7. *Apelação em apensos declarativos*
- 5.8. *As reformas de 2013*

Módulo 4 - Revista

- 1. **Preliminar:** *a extinção do agravo em 2ª instância. As reformas de 2013*
- 2. **Objecto:**



A. *Violação primária de lei substantiva*

- 2.1. *Distinção entre matéria de direito e matéria de facto*
- 2.2. *Conceito de lei*
- 2.3. *Violação primária de lei substantiva, em especial*
 - 2.3..1. Lei substantiva
 - 2.3..2. Erro na qualificação
 - 2.3..3. Erro na subsunção
 - 2.3..4. Erro sobre a estatuição

B. *Violação secundária de lei substantiva*

C. *Violação primária de direito probatório*

- 2.3..5. Erro sobre matéria de facto
- 2.3..6. Erro na apreciação da prova
- 2.3..7. Erro na selecção da base instrutória
- 2.3..8. Erro sobre presunções judiciais

D. *Violação secundária de direito probatório*

- 2.3..9. Violação de normas secundárias
- 2.3..10. Violação de contratos probatórios
- 2.3..11. Violação de poderes de controlo

E. *Violação de lei processual*

3. Revista simples, diferida e dupla; interposição sucessiva de 2ª revista

4. O pressuposto específico negativo da dupla conforme

5. Tramitação – especialidades

5.1. *Interposição*

- A. Efeitos
 - i. Devolutivo
 - ii. Suspensivo
 - iii. Suspensão de execução

5.2. *Alegações*

5.3. *Subida*

- A. Momento
- B. Modo
- C. Efeitos

5.4. *Preparação do julgamento*

- A. Despacho do relator
- B. Visto dos juizes

5.5. *Julgamento*

- A. Formas do julgamento
 - i. Sumário
 - ii. Ordinário
 - iii. Ampliado — remissão

5.6. *O julgamento ampliado de revista, em especial*

Função

Objecto; os arts. 732-A e 732º-B

- A. Prevenção do conflito
- B. Resolução do conflito

Tramitação

Valor da decisão de recurso

- A. O anterior direito dos assentos
- B. Direito vigente

5.7. *Recurso per saltum*



Âmbito
Condições
Subida

- A. Regime
- B. Efeitos

Módulo 5 – Recursos extraordinários

1. Generalidades

- 1.1. *Natureza jurídica*
- 1.2. *Fundamento*
- 1.3. *Efeitos da decisão final*
- 1.4. *As reformas de 2013*

2. Recurso de revisão

- 2.1. *Objecto*
- 2.2. *Prazo*
- 2.3. *Tribunal competente*
- 2.4. *Tramitação*

3. Recurso de uniformização de jurisprudência

- 3.1. *Objecto*
- 3.2. *Prazo*
- 3.3. *Tribunal competente*
- 3.4. *Tramitação*

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias escolhidas constituem os fundamentos e regimes mais relevantes dos recursos cíveis em Portugal.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A matéria será lecionada em 2 horas semanais em AULAS TEÓRICAS e PRÁTICAS

A) CRONOGRAMA DAS AULAS TEÓRICAS

SEMANA	AULA+ CONTEÚDOS
	1ª AULA:> Apresentação. Programa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1ª SEMANA (15-19/set)	Bibliografia. Avaliação. cronograma 2ª AULA> Módulo 1 (aula teórica)
2ª SEMANA (22-26/set)	3ª AULA> Módulo 2.1. (aula teórica) 4ª AULA> Módulo 2.1. (aula teórica)
3ª SEMANA (29-03/set-out)	5ª AULA> Módulo 2.2 (aula teórica) 6ª AULA> Módulo 2.2 (aula teórica)
4ª SEMANA (06-10/out)	7ª AULA> Aula prática 8ª AULA> Aula prática
5ª SEMANA (13-17/out)	9ª AULA> Módulo 3.1 (aula teórica) 10ª AULA> Módulo 3.1 (aula teórica)
6ª SEMANA (20-24/out)	11ª AULA> Módulos 3.4. e 3. 5 (aula teórica) 12ª AULA> Módulo 3.5 (aula teórica)
7ª SEMANA (27-31/out)	13ª AULA> Módulos 3.2., 3.3.e 3.4. (aula prática) 14ª AULA> 3.2., 3.3.e 3.4. (aula prática)
8ª SEMANA (03-07/nov)	15ª AULA> Módulo 4.1 e 4.2 (aula teórica) 16ª AULA> Módulo 4.1 e 4.2 (aula teórica)
9ª SEMANA (10-14/nov)	17ª AULA> Módulo 4.2, 4.3 e 4.4. (aula teórica) 18ª AULA> Módulo 4.4. (aula teórica)
10ª SEMANA (17-21/nov)	19ª AULA> Aula prática 20ª AULA> Aula prática
11ª SEMANA (24-28/nov)	21ª AULA> Módulos 4.4. e 4. 5 (aula teórica) 22ª AULA> Módulo 4. 5 (aula teórica)
12ª SEMANA (01-05/dez)	23ª AULA> Módulo 5 (aula teórica) 24ª AULA> Módulo 5 (aula teórica)
13ª SEMANA (08-12/dez)	25ª AULA> Módulo 5 (aula teórica) 26ª AULA> Módulo 5 (aula teórica)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

14ª SEMANA (15-19/dez)	27ª AULA> Aula prática 28ª AULA> Aula prática
15ª SEMANA (5-9/jan)	29ª AULA> Entrega e correção de trabalhos. Resolução de dúvidas 30ª AULA> Apresentação da avaliação

B) Nas AULAS PRÁTICAS o aluno irá colocar dúvidas, resolver casos práticos, fazer simulações de peças processuais e analisar jurisprudência, oralmente e por escrito. Estas tarefas serão objeto de AVALIAÇÃO, sendo que o pensamento crítico e criativo será especialmente valorizado.

A AVALIAÇÃO comporta os seguintes componentes

- **ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 1 (25%): intervenções orais**
- **ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 2 (25%): trabalho escrito de grupo a ser entregue até 12.12.2014, composto por simulação de peças processuais de recurso**
- **EXAME FINAL (50%): data marcada pelo órgão escolar competente, com toda a matéria do Programa lecionada nas Aulas teórica até uma semana antes da prova**

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia adotada permite desenvolver o espírito crítico e a perceção dos principais problemas suscitados pela aplicação dos regimes legais no âmbito das matérias do programa.

Bibliografia principal

ELEMENTOS DE APOIO

- i. BLOGUE DA CADEIRA: <http://forumprocessual.weebly.com/>
- ii. BASE DE DADOS DE JURISPRUDÊNCIA: <http://www.dgsi.pt>
- iii. LEGISLAÇÃO NACIONAL ACTUALIZADA: <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/>

BIBLIOGRAFIA

A amarelo estão marcadas as obras mais importantes para as aulas



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A. MANUAL DE REFERÊNCIA

RUI PINTO, *Notas ao Código de Processo Civil*, Coimbra Editora, 2014

B. BÁSICA

As recentes reformas na acção executiva e nos recursos (coord. Rui Pinto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

BRITO, JOSÉ ALVES DE, *Notas sobre a reforma do regime dos recursos em processo civil*, Scientia Iuridica LVI/311 (2007), n.º 311, 517- 545

CÂMARA, Carla Inês Brás, *Recursos em Processo Civil: Regime dos Pressupostos após a Reforma de 2007*, in Revista do CEJ, n.º 12, 2.º Semestre de 2009 = *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 183-272.

CANÁRIO, António Colaço, *O Objecto do Recurso em Processo Civil*, Lisboa, 1982

CANAS, Vitalino, *Os processos de fiscalização da constitucionalidade*, 1986.

CANOTILHO, Joaquim Gomes, *Direito constitucional e teoria da Constituição*, 5ª ed. , 7ª ed., reimp., Coimbra, Almedina, 2003.

CASANOVA, Nuno Salazar Casanova, *Apontamentos sobre a Reforma dos Recursos*, Revista da Ordem dos Advogados, Ano 68, Vol. I, Janeiro de 2008

CASTRO, Aníbal de, *Impugnação das decisões judiciais*, 2ª ed., Lisboa, Petrony, 1984.

Constituição Portuguesa anotada (dir. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS), t. 1º -Introdução Geral. Preâmbulo. Artigos 1º a 79º, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

CUNHA, Paulo, *Processo Comum de Declaração (Apontamentos de Artur Costa e Jaime de Lemos)*, 2 tomos I, Tipografia Augusto Costa & C.ª, Lda., Braga, 1940.

FERNANDEZ, Elizabeth, *Princípio do dispositivo e objecto da decisão de recurso*, *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 329-353.

FERREIRA, Fernando Amâncio, *Manual dos recursos em processo civil*, 9ª ed., rev. e act., Coimbra, Almedina, 2009.

FERREIRA, J. O. A. Cardona, *Guia de recursos em processo civil. O novo regime recursório civil*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

FREITAS, José Lebre de, *Recurso extraordinário: recurso ou acção?* *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 19-25.

____, *Regime da Decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre Ampliação da Matéria de Facto*, Themis, Ano IX, nº 17, 2009

FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 3º , Tomo I — Artigos 676º a 800º, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

GERALDES, António Santos Abrantes, *Cassação ou substituição? Livre escolha ou determinismo legislativo?* *As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 163-181.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- _____, *Recursos em processo civil. Novo regime*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2008.
- _____, *Recursos no novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 2013.
- GOMES, Manuel Tomé Soares, *Do julgamento do recurso em processo civil*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 355-371.
- LEAL-HENRIQUES, Manuel, *Recursos em Processo Civil*, 2ª Edição, Rei dos Livros, Viseu, 1992
- LAMEIRAS, Luís Brites, *A Marcha dos Recursos Ordinários*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 27-78.
- _____, *Notas práticas ao regime dos recursos em processo civil. Decreto-Lei nº 303/2007, de 24 de Agosto*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2009.
- MEDEIROS, Rui, [Anotação ao art. 20º], Constituição (dir. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS), t. 1º, 170-205
- MELO, Barbosa de, *Sobre o problema da competência para assentar*, 1988.
- MENDES, Armindo Ribeiro, *Assentos. Oposição de acórdãos*, CJ XV/ 1, 73.
- _____, *Do Dualismo ao Monismo – A Eliminação dos Recursos de Agravo na Reforma de 2007*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 273-327.
- _____, Os Recursos no Código de Processo Civil Revisto, in *Direito Processual Civil – Estudos sobre Temas de Processo Civil*, SFN Editores, Lisboa, 2001
- _____, *Recursos em Processo Civil. Reforma de 2007*, 3ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2009.
- _____, vide FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro
- MENDES, João de Castro, *Direito processual civil*, vol. III., Lisboa, AAFDL, 1987
- MENDONÇA, Luís Correia de, *Processo Civil Líquido e Garantias (O Regime Processual Experimental Português)*, Themis Ano VIII, Nº 14, 2007.
- NETO, Manuela, *Dos Recursos*, 2ª Edição, Porto, 1996
- NEVES, Castanheira, *O instituto dos assentos*.
- O sistema de recursos em processo civil e em processo penal*, Ministério da Justiça/Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.
- PINTO, Rui, *As proibições de reformationes in melius e in peius: sentido e limites. Algumas questões*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 111-142.
- REGO, Carlos Lopes do, *Acesso ao direito e aos tribunais*, Estudos sobre a jurisprudência do Tribunal Constitucional, Lisboa, Aequitas / Editorial Notícias, 1993.
- _____, *As “questões prejudiciais” de constitucionalidade*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 143-161.
- REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, vol. V, 1952 (reimp., 1984) e vol. VI, 1953 (reimp.), Coimbra, Coimbra Editora.
- SOARES, Fernando Luso, *O agravo*.
- SILVEIRA, Noronha, *Pluralidade de partes na fase dos recursos em processo civil*, Coimbra, Almedina, 1981.
- SOUSA, Miguel Teixeira de, *“Dupla conforme”: critério e âmbito da conformidade*, CDP 21 (2008), 21-27.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

____, *Estudos sobre o novo processo civil*, Lisboa, Lex, 1997, pp. 369-565

TELLES, Inocêncio Galvão, *Recurso para o tribunal pleno (parecer)*, CJ X/5, 5

THOMAZ, Fernão de C. Fernandes, *A Matéria dos Recursos no Projecto de Revisão do Processo Civil*, Separata da Revista da Ordem dos Advogados, Ano 56, Vol. II, Agosto de 1996

TOMÁS, Helena, *Em torno do regime dos assentos*, Lisboa, AAFDL

VEIGA, Raúl Soares da, *O efeito suspensivo no agravo de 2ª instância*, Revista Jurídica, 5, Jan/Mar, 1986, 53-63.

Curricular unit sheet

Course MESTRADO PROFESSIONALIZANTE

Curricular unit

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Rui Carlos Gonçalves Pinto – 2 hours per week (theoretical and practical classes)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Learning outcomes of the curricular unit

Understanding the fundamental and legal frameworks of the civil appeal system, in order to create in the student skills of critical application of the rules in both theoretical environment as in practical court life.

Syllabus

Módulo 1 - *Introdução*

1. Introdução

- 1.5. *A impugnação de decisões judiciais*
 - 1.5.1. Formas de impugnação
 - E. A reclamação
 - F. As oposições ou embargos
 - G. As arguições de nulidades
 - H. O recurso
- 1.6. *Conceito de recurso*
- 1.7. *Fundamento do recurso: garantia do duplo grau de jurisdição*
- 1.8. *Sistemas de recursos*



2. Classificação de recursos

- 2.5. *Recursos ordinários e recursos extraordinários*
- 2.6. *Recursos de reexame e recursos de revisão / reponderação*
- 2.7. *Recursos globais e recursos restritos*
- 2.8. *Recursos de substituição e recursos de cassação*

3. Sistema de recursos português

- 3.5. *Orgânica dos tribunais judiciais. A reforma de 2013*
- 3.6. *Quadro geral dos recursos em processo civil*
 - 3.6.1. 1ª instância
 - 3.6.2. 2ª instância
 - 3.6.3. Tribunal Constitucional
 - 3.6.4. Tribunais supranacionais
- 3.7. *A reforma de 2013*
- 3.8. *Recursos noutros processos: penal, laboral, administrativo, fiscal e e aduaneiro*

Módulo 2 - Pressupostos e objecto

2. Pressupostos

1.1 Gerais

- 1.1.1. Personalidade, capacidade, legitimidade
- 1.1.2. Competência do tribunal *a quo*

1.2. Legitimidade para recorrer

- 1.2.1. Questão prévia: o interesse processual
- 1.2.2. Singular
- 1.2.2. Recíproca — recurso independente e recurso subordinado
- 1.2.3. Pluralidade de partes
- 1.2.4. Intervenção de terceiros

1.3. Patrocínio judiciário

1.4. Recorribilidade

- 1.4.1. Valor da causa conjugado com o valor da sucumbência

- D. Valor da causa
- E. Valor da sucumbência
- F. Irrelevância do valor

- 1.4.2. Exclusão legal

- D. Despachos de mero expediente
- E. Despachos proferidos no uso de poder discricionário
- F. Previsões legais expressas

- 1.4.3. Renúncia à impugnação em geral, e ao recurso em especial

- C. Modalidades

- D. Formas

1.5. Competência do tribunal ad quem

- 1.5.1. Recursos de decisões de 1ª instância

- 1.5.2. Recursos de decisões de 2ª instância

- 1.5.3. Recurso interposto da Relação para o Tribunal de Conflitos



1.6. *As reformas de 2013*

2. Objecto

- 2.6. *Constituição*
 - 2.6.1. Factos novos
 - 2.6.2. Factos supervenientes
 - 2.6.3. Pedidos novos
 - 2.6.4. Lei nova
- 2.7. *Âmbito*
 - 2.7.1. Delimitação
 - 2.7.2. Extensão a questões prejudicadas
 - 2.7.3. Recurso de fundamentos
 - C. de facto
 - D. de direito
 - 2.7.4. Recurso subsidiário
- 2.8. *Limites*
 - 2.8.1. Aspectos comuns
 - 2.8.2. Proibição de *reformatio in melius*
 - 2.8.3. Proibição de *reformatio in peius*
- 2.9. *Cumulação de recursos*
- 2.10. *As reformas de 2013*

Módulo 3 - Apelação

6. Objecto

- 1.6. *A extinção do agravo em 1ª instância*
- 1.7. *Decisões finais*
- 1.8. *Decisões interlocutórias autónomas*
- 1.9. *Decisões interlocutórias não autónomas*
- 1.10. *As reformas de 2013*

7. Interposição

- 7.1. *Função*
- 7.2. *Tempestividade*
 - 7.2.1. Prazo
 - 7.2.2. Contagem
 - 7.2.3. Impedimentos e prorrogações
- 7.3. *Requerimento*
 - 7.3.1. Forma
 - 7.3.2. Estrutura e conteúdo
 - 7.3.3. Valor do recurso
 - 7.3.4. Entrega



- 7.3.5. Taxa de justiça: valor e pagamento
- 7.4. *Despacho liminar*
 - 7.4.1. Conteúdo
 - 7.4.2. Notificação
 - 7.4.3. Impugnação; recurso de queixa
 - 7.4.4. Taxa de justiça
- 7.5. *Efeitos da interposição*
 - 7.5.1. Intraprocessuais
 - F. Suspensivo
 - G. Translativo
 - H. Devolutivo
 - I. Regime inibitório
 - J. Exequibilidade provisória
 - 7.5.2. Extraprocessuais
 - C. Suspensivo
 - D. Meramente devolutivo

2.6. *As reformas de 2013*

8. Expedição

- 8.1. *Função*
- 8.2. *Competência hierárquica*
 - 8.2.1. Regra
 - 8.2.2. Recurso *per saltum* — remissão
- 8.3. *Momento*
- 8.4. *Modo*
- 8.5. *Efeitos*

9. Preparação do julgamento

- 9.1. *Função*
- 9.2. *Formalidades preliminares*
 - 9.2.1. Recebimento
 - 9.2.2. Distribuição
- 9.3. *Competência funcional*
 - 9.3.1. Relator e adjuntos
 - 9.3.2. Competência do relator
 - 9.3.3. Competência da conferência
- 9.4. *Despacho do relator*
 - 9.4.1. Despacho de correcção
 - 9.4.2. Despacho de aperfeiçoamento
 - 9.4.3. Despacho de saneamento
- 9.5. *Preparação do julgamento*
 - 9.5.1. Visto dos juizes — remissão
 - 9.5.2. Inscrição em tabela
 - 9.5.3. Pagamento da taxa de justiça
- 9.6. *As reformas de 2013*

10. Julgamento



- 10.1. *Função*
- 10.2. *Formas do julgamento*
 - 10.2.1. Sumária, ordinária
- 10.3. *Estrutura da decisão*
- 10.4. *Conteúdo*
 - 10.4.1. Questões de forma
 - 10.4.2. Questões de mérito
 - A. Procedência; competência decisória
 - i. Substituição/Revogação
 - ii. Matéria de direito
 - iii. Matéria de facto; poderes inquisitórios
 - B. Improcedência
- 10.5. *Vícios do acórdão*
 - 10.5.1. Nulidades
 - 10.5.2. Outros vícios
- 10.6. *Formalidades finais*
- 10.7. *Apelação em apensos declarativos*
- 10.8. *As reformas de 2013*

Módulo 4 - Revista

6. Preliminar: a extinção do agravo em 2ª instância. As reformas de 2013

7. Objecto:

A. Violação primária de lei substantiva

7.1. *Distinção entre matéria de direito e matéria de facto*

7.2. *Conceito de lei*

7.3. *Violação primária de lei substantiva, em especial*

7.3..1. Lei substantiva

7.3..2. Erro na qualificação

7.3..3. Erro na subsunção

7.3..4. Erro sobre a estatuição

B. Violação secundária de lei substantiva

C. Violação primária de direito probatório

7.3..5. Erro sobre matéria de facto

7.3..6. Erro na apreciação da prova

7.3..7. Erro na selecção da base instrutória

7.3..8. Erro sobre presunções judiciais

D. Violação secundária de direito probatório

7.3..9. Violação de normas secundárias

7.3..10. Violação de contratos probatórios

7.3..11. Violação de poderes de controlo

E. Violação de lei processual



8. Revista simples, diferida e dupla; interposição sucessiva de 2ª revista

9. O pressuposto específico negativo da dupla conforme

10. Tramitação – especialidades

10.1. Interposição

- B. Efeitos
 - iv. Devolutivo
 - v. Suspensivo
 - vi. Suspensão de execução

10.2. Alegações

10.3. Subida

- D. Momento
- E. Modo
- F. Efeitos

10.4. Preparação do julgamento

- C. Despacho do relator
- D. Visto dos juizes

10.5. Julgamento

- B. Formas do julgamento
 - iv. Sumário
 - v. Ordinário
 - vi. Ampliado — remissão

10.6. O julgamento ampliado de revista, em especial

Função

Objecto; os arts. 732-A e 732º-B

- C. Prevenção do conflito
- D. Resolução do conflito

Tramitação

Valor da decisão de recurso

- C. O anterior direito dos assentos
- D. Direito vigente

10.7. Recurso per saltum

Âmbito

Condições

Subida

- A. Regime
- B. Efeitos

Módulo 5 – Recursos extraordinários

1. Generalidades

- 1.5. *Natureza jurídica*
- 1.6. *Fundamento*
- 1.7. *Efeitos da decisão final*
- 1.8. *As reformas de 2013*



2. Recurso de revisão

- 3.5. *Objecto*
- 3.6. *Prazo*
- 3.7. *Tribunal competente*
- 3.8. *Tramitação*

4. Recurso de uniformização de jurisprudência

- 4.1. *Objecto*
- 4.2. *Prazo*
- 4.3. *Tribunal competente*
- 4.4. *Tramitação*

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The chosen matters are both the fundamentals of the civil appeal system in Portugal as the most important aspects of the portuguese legal framework.

Teaching methodologies (including evaluation)

The matters will be taught in **THEORETICAL** and **PRACTICAL CLASSES (2 hours per week)**

A) THEORETICAL CLASSES TIMETABLE

WEEK	CLASSES + SUBJECTS
1ª SEMANA (15-19/set)	1st CLASS: Apresentação. Programa. Bibliografia. Avaliação. cronograma 2nd CLASS: Módulo 1 (Theoretical class)
2ª SEMANA (22-26/set)	3rd CLASS: Módulo 2.1. (Theoretical class) 4th CLASS: Módulo 2.1. (Theoretical class)
3ª SEMANA (29-03/set-out)	5th CLASS: Módulo 2.2 (Theoretical class) 6th CLASS: Módulo 2.2 (Theoretical class)
4ª SEMANA (06-10/out)	7th CLASS: Practical class 8th CLASS: Practical class
5ª SEMANA (13-17/out)	9th CLASS: Módulo 3.1 (Theoretical class) 10th CLASS: Módulo 3.1 (Theoretical class)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

6ª SEMANA (20-24/out)	11th CLASS: Módulos 3.4. e 3. 5 (Theoretical class) 12th CLASS: Módulo 3.5 (Theoretical class)
7ª SEMANA (27-31/out)	13th CLASS: Módulos 3.2., 3.3.e 3.4. (aula teórico-prática) 14th CLASS: 3.2., 3.3.e 3.4. (aula teórico-prática)
8ª SEMANA (03-07/nov)	15th CLASS: Módulo 4.1 e 4.2 (Theoretical class) 16th CLASS: Módulo 4.1 e 4.2 (Theoretical class)
9ª SEMANA (10-14/nov)	17th CLASS: Módulo 4.2, 4.3 e 4.4. (Theoretical class) 18th CLASS: Módulo 4.4. (Theoretical class)
10ª SEMANA (17-21/nov)	19th CLASS: Practical class 20th CLASS: Practical class
11ª SEMANA (24-28/nov)	21st CLASS: Módulos 4.4. e 4. 5 (Theoretical class) 22nd CLASS: Módulo 4. 5 (Theoretical class)
12ª SEMANA (01-05/dez)	23rd CLASS: Módulo 5 (Theoretical class) 24th CLASS: Módulo 5 (Theoretical class)
13ª SEMANA (08-12/dez)	25th CLASS: Módulo 5 (Theoretical class) 26th CLASS: Módulo 5 (Theoretical class)
14ª SEMANA (15-19/dez)	27th CLASS: Practical class 28th CLASS: Practical class
15ª SEMANA (5-9/jan)	29th CLASS: Entrega e correção de trabalhos. Resolução de dúvidas 20th CLASS: Apresentação da avaliação

B) In the PRACTICAL CLASSES the student will put questions, solve practical hypothetical situations, elaborate simulated procedural acts and analyse court decisions. These tasks will be evaluated both orally as in writing. Critical and creative thinking will be especially considered valued.

The EVALUATION is composed of the following elements



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- **EVALUATION ELEMENT Nr 1 (25%): oral contributions**
- **EVALUATION ELEMENT Nr 2 (25%): written group work to be sent till 12.12.2014, structured in a simulation of an appeal procedure**
- **FINAL WRITTEN TEST (50%): test about all the matters of the Syllabus; the date will be scheduled by the school competent responsables.**

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The methodology allows to develop critical thinking and better perception of the main issues raised by the application of legal regimes within the subjects of the program.

Main Bibliography

WEB SUPPORTING ELEMENTS

- i. BLOGUE DA CADEIRA: <http://forumprocessual.weebly.com/>
- ii. BASE DE DADOS DE JURISPRUDÊNCIA: <http://www.dgsi.pt>
- iii. LEGISLAÇÃO NACIONAL ACTUALIZADA: <http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/>

BIBLIOGRAPHY

The most important books are marked in yellow .

A. REFERENCE BOOK

RUI PINTO, *Notas ao Código de Processo Civil*, Coimbra Editora, 2014

B. BASIC

As recentes reformas na acção executiva e nos recursos (coord. Rui Pinto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

BRITO, JOSÉ ALVES DE, *Notas sobre a reforma do regime dos recursos em processo civil*, Scientia Iuridica LVI/311 (2007), n.º 311, 517- 545

CÂMARA, Carla Inês Brás, *Recursos em Processo Civil: Regime dos Pressupostos após a Reforma de 2007*, in Revista do



CEJ, nº 12, 2º Semestre de 2009 = As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 183-272.

CANÁRIO, António Colaço, *O Objecto do Recurso em Processo Civil*, Lisboa, 1982

CANAS, Vitalino, *Os processos de fiscalização da constitucionalidade*, 1986.

CANOTILHO, Joaquim Gomes, *Direito constitucional e teoria da Constituição*, 5ª ed. , 7ª ed., reimp., Coimbra, Almedina, 2003.

CASANOVA, Nuno Salazar Casanova, *Apontamentos sobre a Reforma dos Recursos*, Revista da Ordem dos Advogados, Ano 68, Vol. I, Janeiro de 2008

CASTRO, Aníbal de, *Impugnação das decisões judiciais*, 2ª ed., Lisboa, Petrony, 1984.

Constituição Portuguesa anotada (dir. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS), t. 1º -Introdução Geral. Preâmbulo. Artigos 1º a 79º, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

CUNHA, Paulo, *Processo Comum de Declaração (Apontamentos de Artur Costa e Jaime de Lemos)*, 2 tomos I, Tipografia Augusto Costa & C.ª, Lda., Braga, 1940.

FERNANDEZ, Elizabeth, *Princípio do dispositivo e objecto da decisão de recurso*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 329-353.

FERREIRA, Fernando Amâncio, *Manual dos recursos em processo civil*, 9ª ed., rev. e act., Coimbra, Almedina, 2009.

FERREIRA, J. O. A. Cardona, *Guia de recursos em processo civil. O novo regime recursório civil*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

FREITAS, José Lebre de, *Recurso extraordinário: recurso ou acção?* As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 19-25.

_____, *Regime da Decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre Ampliação da Matéria de Facto*, Themis, Ano IX, nº 17, 2009

FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro, *Código de Processo Civil anotado*, vol. 3º , Tomo I — Artigos 676º a 800º, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

GERALDES, António Santos Abrantes, *Cassação ou substituição? Livre escolha ou determinismo legislativo?* As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 163-181.

_____, *Recursos em processo civil. Novo regime*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2008.

_____, *Recursos no novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 2013.

GOMES, Manuel Tomás Soares, *Do julgamento do recurso em processo civil*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 355-371.

LEAL-HENRIQUES, Manuel, *Recursos em Processo Civil*, 2ª Edição, Rei dos Livros, Viseu, 1992

LAMEIRAS, Luís Brites, *A Marcha dos Recursos Ordinários*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 27-78.

_____, *Notas práticas ao regime dos recursos em processo civil. Decreto-Lei nº 303/2007, de 24 de Agosto*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2009.

MEDEIROS, Rui, *[Anotação ao art. 20º]*, *Constituição* (dir. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS), t. 1º, 170-205

MELO, Barbosa de, *Sobre o problema da competência para assentar*, 1988.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MENDES, Armindo Ribeiro, *Assentos. Oposição de acórdãos*, CJ XV/ 1, 73.

____, *Do Dualismo ao Monismo – A Eliminação dos Recursos de Agravo na Reforma de 2007, As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 273-327.

____, Os Recursos no Código de Processo Civil Revisto, in *Direito Processual Civil –*

Estudos sobre Temas de Processo Civil, SFN Editores, Lisboa, 2001

____, *Recursos em Processo Civil. Reforma de 2007, 3ª ed.*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009.

____, vide FREITAS, José Lebre de / MENDES, Armindo Ribeiro

MENDES, João de Castro, *Direito processual civil*, vol. III., Lisboa, AAFDL, 1987

MENDONÇA, Luís Correia de, *Processo Civil Líquido e Garantias (O Regime Processual Experimental Português)*, Themis Ano VIII, Nº 14, 2007.

NETO, Manuela, *Dos Recursos*, 2ª Edição, Porto, 1996

NEVES, Castanheira, *O instituto dos assentos*.

O sistema de recursos em processo civil e em processo penal, Ministério da Justiça/Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

PINTO, Rui, *As proibições de reformationes in melius e in peius: sentido e limites. Algumas questões, As recentes reformas* (coord. Rui Pinto), 111-142.

REGO, Carlos Lopes do, *Acesso ao direito e aos tribunais*, Estudos sobre a jurisprudência do Tribunal Constitucional, Lisboa, Aequitas / Editorial Notícias, 1993.

____, *As “questões prejudiciais” de constitucionalidade*, As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 143-161.

REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, vol. V, 1952 (reimp., 1984) e vol. VI, 1953 (reimp), Coimbra, Coimbra Editora.

SOARES, Fernando Luso, *O agravo*.

SILVEIRA, Noronha, *Pluralidade de partes na fase dos recursos em processo civil*, Coimbra, Almedina, 1981.

SOUSA, Miguel Teixeira de, *“Dupla conforme”: critério e âmbito da conformidade*, CDP 21 (2008), 21-27.

____, *Estudos sobre o novo processo civil*, Lisboa, Lex, 1997, pp. 369-565

TELLES, Inocêncio Galvão, *Recurso para o tribunal pleno (parecer)*, CJ X/5, 5

THOMAZ, Fernão de C. Fernandes, *A Matéria dos Recursos no Projecto de Revisão do Processo Civil*, Separata da Revista da Ordem dos Advogados, Ano 56, Vol. II, Agosto de 1996

TOMÁS, Helena, *Em torno do regime dos assentos*, Lisboa, AAFDL

VEIGA, Raúl Soares da, *O efeito suspensivo no agravo de 2ª instância*, Revista Jurídica, 5, Jan/Mar, 1986, 53-63.